

Município de Albufeira

F P B

**Documentos de
Prestação de
Contas
2018**

**Notas ao Balanço e à
Demonstração de Resultados
(Doc. n.º 13)**



Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

Anexo ao Balanço de 31 de dezembro de 2018

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Nota Prévia

1. Com vista ao cumprimento do estipulado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, foi elaborado o presente balanço, de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no plano de contabilidade supra referenciado.

Neste contexto, foram tomadas todas as medidas e preceitos legais aplicáveis, de modo a que o presente balanço represente, de forma fiel e rigorosa, a situação patrimonial do Município de Albufeira em 31 de dezembro de 2018.

2. As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração definida pelo POCAL com exceção das rubricas 8.2.1., 8.2.4., 8.2.5., 8.2.10., 8.2.11., 8.2.13., 8.2.17., 8.2.18., 8.2.20., 8.2.21., 8.2.23., 8.2.24., 8.2.25. e 8.2.30., por não serem aplicáveis.

8.2.2. O Município regista, em regra, os seus custos e perdas, proveitos e ganhos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo estes imputados ao exercício em que foram incluídos ou gerados, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Contudo, foi no exercício de 2018 que se procedeu à especialização do IMI, o que torna incompatível a conta 59 / Resultados transitados do balanço de 2018 face à do exercício

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

anterior, na medida em que a cobrança do referido imposto em 2018 se reporta a anos anteriores e, por isso, releva para os resultados desse exercício.

A especialização do acréscimo do proveito do IMI, no montante de € 20.079.615,23, reporta-se à receita a cobrar em 2019, referente a 2018. De salientar ainda que foram também especializados, na mesma ordem de ideias, os respetivos encargos de cobrança de receitas e os reembolsos e restituições referentes aos mesmos períodos.

8.2.3. Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram:

a) Imobilizado Corpóreo

Os bens do ativo imobilizado foram registados ao custo de aquisição ou construção (IVA incluído, por não ser dedutível, nas imobilizações que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que este Município utiliza o critério de afetação real no que concerne ao IVA).

As amortizações foram efetuadas pelo método das quotas constantes e às taxas máximas legalmente fixadas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) – Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (2.ª Série).

Todos os bens do ativo imobilizado foram amortizados às taxas legais aplicáveis.

b) Existências e Materiais Diversos

As contas de existências registam o custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível, nas aquisições que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que este Município utiliza o critério de afetação real no que concerne ao IVA), relativo aos bens aprovisionáveis destinados ao consumo e à incorporação material nos produtos finais, tendo sido adoptado o sistema de inventário permanente.



Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

O método de custeio das saídas adotado foi o Custo Médio Ponderado (CMP), por se considerar o método que melhor evidencia o custeio dos bens aprovisionáveis e destinados ao consumo.

c) Dívidas de Terceiros

No que se refere às dívidas de terceiros, nomeadamente as provisões constituídas de modo a fazer face às dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa foi adotado o seguinte critério estabelecido no POCAL:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As provisões para riscos e encargos inerentes a processos judiciais em curso, corresponde ao valor da responsabilidade financeira estimada, apurada com base num relatório sumário sobre os processos judiciais em curso, fornecido pelas entidades responsáveis que gerem os processos de contencioso do Município. Por outro lado, foi contabilizado na conta 2924 o valor de 2.450.011,05€, de modo a acautelar uma possível devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC).

d) Acréscimos e diferimentos

Nota introdutória:

Esta conta destina-se a permitir o registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeitam.

271 - Acréscimos de proveitos:

Esta conta serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

2711 – Juros a receber:

Nesta conta foram registados os juros de depósitos a prazo ou outras aplicações relativos ao exercício, mas que o Banco creditará apenas no exercício seguinte.

272 – Custos diferidos:

Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes. A quota-parte dos diferimentos incluídos nesta conta que for atribuída a cada exercício irá afetar diretamente a respetiva conta de custos.

273 - Acréscimos de custos:

Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer-se em exercício ou exercícios posteriores.

2732 - Remunerações a liquidar:

Compreende, entre outras, as remunerações (e respetivos encargos) devidas por motivo de férias cujo processamento e pagamento ocorra no ano seguinte.

Nesta conta, foram registados os valores correspondentes a estimativa dos custos com remuneração do período de férias, o subsídio de férias, os encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social de conta do Município, uma vez que, as despesas com férias, subsídios de férias e respetivos encargos são custos do exercício a que se reportam os direitos respetivos.

Assim, em 31 de dezembro de 2018 vence-se o direito dos trabalhadores às férias e subsídio de férias, que vão ser pagas em 2019, sendo tal direito uma obrigação do Município em 31 de dezembro de 2018.

Para dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, ao direito às férias e subsídio de férias e respetivos encargos vencidos em 31 de dezembro, deve ser dado o tratamento contabilístico presentemente adotado no Balanço.



274 - Proveitos diferidos:

Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

2745 - Subsídios para investimentos:

Incluem-se nesta conta os subsídios associados com ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de Capital» à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem.

Assim, foram contabilizados nesta conta, os subsídios recebidos nos últimos anos, por subsídios ao investimento no âmbito do Fundo de Coesão, do FEDER e do FEOGA.

8.2.6. Na conta 432 – “Despesas de investigação e de desenvolvimento” foram registados valores no ano de 2018, inerentes a elaboração de um plano de pormenor, de um plano geral de drenagem e de um plano de urbanização.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:



Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

8.2.7

Ativo bruto

Ano: 2018

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Un. €

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferências	Saldo final
De bens de domínio público:								
Terrenos e recursos naturais	981.294,31							981.294,31
Edifícios								
Outras construções e infra-estruturas	163.924.585,90		169.297,61				4.597.898,81	168.691.782,32
Bens do património histórico, artístico e cultural	383.654,29						4.076,10	387.730,39
Outros bens de domínio público	5.819.521,26		151.546,61				18.250,29	5.989.318,16
Imobilizações em curso	15.797.815,64		4.427.338,82				-4.620.225,20	15.604.929,26
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	9.566,94							9.566,94
	186.916.438,34		4.748.183,04				0,00	191.664.621,38
De imobilizações incorpóreas:								
Despesas de instalação								
Despesas de investigação e de desenvolvimento	605.995,60		43.874,10					649.869,70
Propriedade industrial e outros direitos	1.925.931,13		282.260,03					2.208.191,16
Imobilizações em curso	1.358.432,28		25.424,10					1.383.856,38
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas								
	3.890.359,01		351.558,23				0,00	4.241.917,24
De imobilizações corpóreas:								
Terrenos e recursos naturais	5.569.662,56		470.360,00					6.040.022,56
Edifícios e outras construções	90.618.685,46		2.760.413,49				2.350.604,07	95.729.703,02
Equipamento básico	14.330.573,18		490.893,64			10.783,75	13.326,06	14.824.009,13
Equipamento de transporte	4.892.181,23		891.552,35			224.949,47		5.558.784,11
Ferramentas e utensílios	295.531,06		91.126,92					386.657,98
Equipamento administrativo	10.325.240,36		1.063.599,12			81.021,46	1.152,00	11.308.970,02
Taras e vasilhame								
Outras imobilizações corpóreas	2.406.957,90		86.669,39			2.595,74		2.491.031,55
Imobilizações em curso	9.524.201,72		2.806.636,77				-2.365.082,13	9.965.756,36
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	20.000,00							20.000,00
	137.983.033,47		8.661.251,68	0,00		319.350,42	0,00	146.324.934,73
De investimentos financeiros:								
Parte de capital	5.500.251,79							5.500.251,79
Obrigações e títulos de participação	2.752.093,16			-982.891,16				1.769.202,00
Investimentos em imóveis:								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Outras aplicações financeiras:								
Depósitos em instituições financeiras								
Títulos da dívida pública								
Outros títulos								
Imobilizações em curso								
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros								
	8.252.344,95			-982.891,16				7.269.453,79

R
19
J

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

8.2.7

Amortizações e provisões

Ano: 2018

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA				
	Un. €			
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	121.706.951,02	5.969.639,51	0,00	127.676.590,53
Bens do património histórico, artístico e cultural	4.195,48	2.097,74	0,00	6.293,22
Outros bens de domínio público	2.172.225,67	243.304,16	0,00	2.415.529,83
	123.883.372,17	6.215.041,41	0,00	130.098.413,58
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	478.954,40	32.607,15	0,00	511.561,55
Propriedade industrial e outros direitos	1.426.643,51	208.445,91	0,00	1.635.089,42
	1.905.597,91	241.053,06	0,00	2.146.650,97
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções				
Edifícios	12.837.205,77	1.391.619,48		14.228.825,25
Outras Construções	5.417.239,26	419.595,27		5.836.834,53
Equipamento básico	12.432.544,67	483.516,21	10.771,28	12.905.289,60
Equipamento de transporte	3.616.491,94	330.050,35	224.949,47	3.721.592,82
Ferramentas e utensílios	255.210,87	26.016,97	0,00	281.227,84
Equipamento administrativo	9.324.386,23	563.033,00	81.011,46	9.806.407,77
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.998.225,19	28.985,25	2.595,74	2.024.614,70
	45.881.303,93	3.242.816,53	319.327,95	48.804.792,51
De investimentos financeiros:				
Parte de capital	3.629.401,79		0,00	3.629.401,79
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.629.401,79	0,00	0,00	3.629.401,79



Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

8.2.8. Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos estão desagregadas na relação do Património do Município de Albufeira, que será apresentado pela DGF/DCPGP/GP juntamente com a prestação de contas em apreço, de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

- Descrição do ativo imobilizado;
- Indicação dos valores dos bens adquiridos;
- Datas de aquisição;
- Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na sua falta;
- Taxas de amortização;
- Amortizações do exercício e acumuladas;
- Abates de elementos do ativo imobilizado;
- Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

8.2.9. No que diz respeito aos empréstimos obtidos para financiamento de imobilizações, podemos referir que, durante o ano de 2018, o valor pago para amortização de empréstimos é de € 2.157.327,39, sendo o montante pago em juros de empréstimos de € 42.903,19.

O saldo do capital em dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo obtidos em 31 de dezembro de 2018 é de € 11.055.660,05.

Neste respeito, importa ressaltar que foi efetuada uma desagregação entre a componente de curto prazo, ou seja, a que se previa pagar no ano de 2019, no montante de € 2.016.601,17, da componente de médio e longo prazo, ou seja, a que se antecipava pagar nos restantes anos, no valor de € 9.039.058,88.

As despesas realizadas inerentes a Empréstimos obtidos de médio e longo prazo constam do quadro seguinte.



Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

8.2.12. Estes valores constam da relação do património, supra referida, no que concerne às contas de:

↳ Imobilizações em poder de terceiros, com constituição de direito de superfície.

8.2.14. Estes valores constam da relação do património, supra referida no que concerne aos bens do imobilizado que não foram possíveis valorizar, uma vez que, por um lado não havia conhecimento dos valores de aquisição ou construção e por outro lado, não foi possível estabelecer critérios técnicos válidos e fiáveis para a sua elaboração.

8.2.15. Os bens do domínio público que não são objeto de amortização, são os legalmente consagrados como terrenos e recursos naturais não afetos à extração, e os bens aos quais não foi possível atribuir valor, que constam da relação do património referida no número anterior.

8.2.16. Participações Financeiras:

➤ **Águas do Algarve, S.A**

A empresa Águas do Algarve, S.A., com sede em Faro na Rua do Repouso n.º 10, código postal 8000 – 302, é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de agosto, e surgiu por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A e Águas do Barlavento Algarvio, S.A. Essas sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-Lei n.º 130/95, de 5 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Barlavento e ao Sotavento Algarvio, criados pelo Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro.

Com a criação pelo Decreto-Lei n.º 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-Lei n.º 172/B-2001, de 26 de maio, e celebrado o contrato de concessão entre o Estado Português e a empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro, e com a publicação do Decreto-Lei n.º 285/2003, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, resultante da fusão dos sistemas do Barlavento e do Sotavento.

Em 7 de fevereiro de 2005, foi assinado o contrato de concessão relativo à fusão dos dois sistemas Multimunicipais do Barlavento e Sotavento Algarvio, entre o Estado Português e a Águas do Algarve, S.A.

O objeto social da Sociedade é “a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve”.

O capital social realizado à data de 31 de dezembro de 2014, era de € 29.290.875,00, correspondendo a 5.858.175 ações de valor nominal de € 5,00 cada. Em 31 de dezembro faltava realizar € 534.125,00 relativos ao aumento de capital social.

Este Município detém, no âmbito dos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água, 119.520 ações (que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos), sendo 60.980 ações da classe A e 58.540 da classe B, correspondendo a 4,85% do capital social no valor de € 597.600,00.

Relativamente ao Sistema Multimunicipal de Saneamento, a empresa Águas do Algarve informou esta autarquia de um aumento de capital social da sociedade em € 16.367.850,00, a realizar em 2003 (30%), 2004 (35%) e 2005 (35%).

Com efeito, em Assembleia-geral de 19 de março de 2003, foi deliberado o aumento do respetivo capital social, resultante da concessão à empresa, do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve. A repartição do capital social pelos diferentes municípios, atendeu às percentagens originárias das sociedades Águas do Sotavento e Barlavento



Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

Algarvio, o que equivale para esta autarquia a 169.750 ações, cada uma no valor de € 5,00, perfazendo um total de € 848.750,00 (5,19%), valor este que ficou totalmente realizado em 2005.

Neste contexto, o Município de Albufeira detém 289.270 ações no valor total de € 1.446.350,00, o que equivale a 4,85% do Capital Social da empresa.

Tendo em atenção que o relatório de 2018 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas de 2017.

Da análise do relatório e contas referente ao exercício de 2017, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 524.047.102, o Volume de Negócios é de € 59.372.856, o Capital Próprio é de € 39.584.658 e o Resultado Líquido é de € 7.306.257.

➤ ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A

A empresa Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., com sede em Barros de São João da Venda, 8135-026 Almancil, foi constituída formalmente pela publicação do Decreto-Lei nº 109/95, de 20 de maio.

O capital social da empresa em 2017 é de € 7.500.000,00, correspondendo a 1.500.000 ações de valor nominal de € 5,00 cada.

O Município detém 84.900 ações da classe A, correspondendo a 5,66% do capital social, equivalente a € 424.500,00 que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2017 salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 59.040.646, o Capital Próprio é de € 18.237.241, o Volume de negócios é de € 18.296.602 e o Resultado Líquido é de € 716.688.

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

➤ **POLISALBUFEIRA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.**

A POLISALBUFEIRA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 52 – 1.º Dto., 8200-002 Albufeira, foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 36/2001, de 8 de fevereiro.

Tem capital social no valor de € 8.500.000,00, subscrito na proporção de 60% pelo Estado (€ 5.100.000,00) e 40% pelo Município de Albufeira (€ 3.400.000,00); é representado por 8.500 ações nominativas com o valor de € 1.000,00 cada uma.

Em 16 de maio de 2001, foi outorgado entre a Sociedade “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, e a “*Parque Expo 98, S.A.*”, Contrato de Mandato, nos termos do qual a *PolisAlbufeira* concedeu à *Parque Expo*, mandato de representação, mediante retribuição para prestação e conclusão, segundo instruções e diretivas da mandante de Serviços de Apoio e Assessoria Financeira, Apoio e Assessoria Jurídica, Divulgação e Conhecimento, Arquitetura e Ordenamento, Controlo e Planeamento e Engenharia e Fiscalização, visando a divulgação, coordenação global e gestão da Intervenção;

Nos termos daquele Contrato, a mandatária referenciada ficou responsável pelo fornecimento dos serviços necessários a uma gestão integrada de todas as atividades relativas à realização do Programa Polis de Albufeira, sendo que a vigência daquele terminava em dezembro de 2007. Sucedeu, no entanto, que acordaram os outorgantes prorrogar a vigência daquele contrato até setembro de 2008, atenta a previsão da necessidade de assegurar a conclusão de atividades ainda em curso, no âmbito da intervenção do Programa Polis. A prorrogação do mencionado *Contrato de Gestão Global*, acarretou a obrigação do pagamento, pela *Sociedade PolisAlbufeira* à *Parque Expo*, da quantia de € 446.304,00. A “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, encontrava-se em fase de liquidação, sendo o termo daquele processo fixado para 31 de dezembro de 2008.



Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

No decorrer do ano 2008, os acionistas acima mencionados aprovaram a realização de prestações suplementares de capital no montante total de € 446.304,00, a suportar pelos acionistas na proporção do capital social detido por cada um. O valor realizado pelo Município de Albufeira foi de € 178.522,00.

Passa-se de seguida a uma breve análise do relatório e contas de 2009, da qual se salientam os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 35.110.784,55, o Capital Próprio é de € 13.998.593,40, sendo o Resultado Líquido do Exercício nulo.

Destaca-se ainda que, fruto do trabalho realizado no decurso de 2018, tornou-se possível proceder-se ao encerramento contabilístico do ano 2017 e respetiva certificação legal de contas.

Concernente à liquidação da POLISALBUFEIRA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A, é digno de nota que, apesar dos inúmeros esforços realizados, ainda não foi possível concluir o processo de liquidação, uma vez que todo este processo é bastante complexo, envolve várias entidades e muitos atos administrativos.

➤ **IMORTAL DE ALBUFEIRA FUTEBOL, S.A.D.**

O Imortal de Albufeira Futebol, S.A.D., com sede no Estádio Municipal de Albufeira, tem como objetivo principal a participação na modalidade de futebol em competições desportivas de carácter profissional, a promoção e organização de espetáculos desportivos e o desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

O município detém 9.976 ações da categoria B nominativas, cada uma no valor de € 5,00, o que perfaz um total de € 49.880,00.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2017 ainda se encontra em fase de elaboração e os de 2003 a 2016 ainda não estão disponíveis, analisaremos de seguida os dados



Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

referentes ao exercício de 2002, em traços gerais, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2002, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 5.007.244,50, o Capital Próprio é de € 1.606.163,57, sendo o Resultado Líquido do Exercício negativo em € 518.880,56.

➤ GLOBALGARVE - Cooperação e Desenvolvimento, S.A.

A empresa Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A., com sede na Rua Dr. José de Matos, nº 56 – 8000-502 Faro, é uma Sociedade Anónima com capitais maioritariamente públicos.

O objeto social da Sociedade é promover e executar ações relacionadas com o desenvolvimento endógeno, nomeadamente, estudos e planificação, desenvolvimento ou gestão de infra-estruturas, valorização de recursos, serviços a empresas, serviços a coletividades territoriais, ações de formação e ações internacionais, como participação em organizações da União Europeia e cooperação. Para a realização do seu objeto social, a sociedade visa ainda, a promoção e execução de projetos subvencionados ou não, destinados ao reforço das infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento local, à criação de ações de valorização / revalorização do potencial económico endógeno da região e ao desenvolvimento de estruturas interinstitucionais para a concretização de ações, visando o aproveitamento e potenciação de recursos (centro de empresas / inovação e negócios, ninhos de empresas e / ou instalações de mudança de escala, instalações de mudança de escala, instalações para produções coletivas de pequena escala, pólos ou parques tecnológicos ou científicos, parques de mercadorias, Indústria e Serviços, Oficinas Tecnológicas). Aspira, igualmente, aquela sociedade, para a realização do respetivo objeto social, a promoção e execução de projetos interinstitucionais, de informação, formação e desenvolvimento económico; a promoção dos recursos da região, dentro e fora do território nacional; promoção e execução de projetos de cooperação regional, no âmbito internacional, de resultados económicos, sociais e culturais.

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

O capital social da empresa em 2011 é de € 279.500,00 €, dividido em ações com o valor nominal de € 10,00 cada uma, nos termos do constante dos respetivos estatutos.

Atento nos objetivos e fins prosseguidos pela referenciada sociedade, assim como nas múltiplas ações por aquela desenvolvidas em cumprimento do respetivo objeto social, subscreveu este Município de Albufeira o capital social daquela e, dessa forma, passando a integrar a mesma como acionista, mediante a subscrição de 100 ações nominativas, num valor total de € 1.000,00, representativo de 0,36% do Capital Social.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2017 ainda se encontra em fase de elaboração e os de 2012 a 2016 ainda não foi disponibilizado, analisa-se de seguida o relatório e contas referente ao exercício de 2011, salientando-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 1.104.693,93, o Volume de Negócios é de € 102.170,17, o Capital Próprio é negativo em € 160.637,29 e o Resultado Líquido é negativo em € 97.827,97.

➤ **FAM – Fundo de Apoio Municipal**

Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro), tendo sido alterado o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, determinou-se a redução da subscrição do capital social do FAM, concretizada mediante a diminuição percentual dos montantes anuais a realizar nas prestações devidas pelos subscritores, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021.

Desta forma, tornou-se necessário que o Município de Albufeira promovesse o necessário acerto contabilístico, bem como procedesse à desagregação entre componentes temporais, pelo que se constata que a componente de curto prazo, prevista para pagar no ano de 2019, cifra-se em € 196.578,00, e a componente de médio e longo prazo, prevista para pagar em 2020, ascende a € 98.289,00.

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

8.2.19. Não foram encontradas diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

8.2.22. O valor global das dívidas de cobrança duvidosa, em 31/12/2018, ascende a € 4.679.266,55.

8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

8.2.26 - CONTAS DE ORDEM

CONTAS		Saldo da Gerência anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	885 859,45		387 274,54		1 273 133,99	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	40 199,85		22 008,36		62 208,21	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	845 659,60		365 266,18		1 210 925,78	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				146 048,69		146 048,69
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c				25 450,03		25 450,03
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				120 598,66		120 598,66
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Accionadas						
09341	Accionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Accionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Accionadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		885 859,45	0,00	387 274,54	146 048,69	1 127 085,30	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	4 449 508,43		1 141,76	165 597,32	4 285 052,87	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
Total de Recibos para Cobrança		4 449 508,43	0,00	1 141,76	165 597,32	4 285 052,87	
Total		5 335 367,88	0,00	388 416,30	311 646,01	5 412 138,17	

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e respetivos movimentos ocorridos durante o ano em apreço, de acordo com o seguinte quadro:

Código das Contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicação de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	4 767 569,35	1 731,98	139 409,98	4 629 891,35
292	Provisões para riscos e encargos	6 544 361,06	2 937 292,44	3 181 761,50	6 299 892,00
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	3 629 401,79	0,00	0,00	3 629 401,79

8.2.28. O Resultado Líquido do Exercício de 2017 foi positivo em € 17.171.513,78.

Foi aprovado, na prestação de contas de 2017, a aplicação de 5% deste valor, no montante de € 858.575,69 para Reservas Legais, e a transferência do remanescente para a conta 59 – Resultados Transitados.

No exercício de 2018 procedeu-se à especialização do IMI, que será recebido em 2019, mas que diz respeito ao ano de 2018. Como se trata de um valor muito relevante decidiu-se afetar a conta de resultados transitados, não só no que diz respeito a receita do IMI mas também dos respetivos reembolsos e encargos de cobrança de receita. Neste sentido, procedeu-se ao crédito do valor de € 20.079.615,23 referente a receita de IMI e dos valores dos respetivos reembolsos e encargos de cobrança de receita, a débito, no valor respetivamente de € 460.839,95 e € 501.990,38, o que resulta num acréscimo no valor da conta 59 de € 19.116.784,90.

Por outro lado, foi em 2018 que se deu a confirmação da aceitação dos créditos reconhecidos na conta 2749, da revisão metodológica do IVA, iniciada pelo Município de Albufeira em 2011, e que finalmente foi aceite pela autoridade tributária. Deste modo, foi transferido da conta 2749, para a conta 59 o valor de € 2.677.147,94 que resulta do referido reconhecimento do crédito que já tinha sido utilizado em períodos anteriores nas declarações periódicas do IVA, mas que agora reconhecemos por termos tido a certeza da sua aceitação.

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2018

8.2.29. O valor dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, como segue.

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	102.838,62	992.305,82
Compras	5.165.318,05	873.961,32
Regularizações de existências	-1.227,02	74.970,18
Existências finais	101.226,03	1.172.609,96
Custos no exercício	5.165.703,62	768.627,36

8.2.31.

Demonstração de Resultados Financeiros

Cód. das Contas	Custos e Perdas	Cód. das Contas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
			2018	2017		2018	2017
681	Juros suportados	781	42.903,19	50.627,85	Juros obtidos	14.681,12	5.685,24
682	Perdas em entidades participadas	782	0,00	0,00	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	783	0,00	0,00	Rendimentos de imóveis	2.336.998,13	2.772.470,47
684	Provisões para aplicações financeiras	784	0,00	0,00	Rendimentos de participações de capital	110.299,86	484.609,25
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	785	0,00	0,00	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	tesouraria	786	0,00	0,00	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	787	2.025,01	793,65	tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	788	2.417.050,91	3.211.343,46	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Total.....		2.461.979,11	3.262.764,96	Total.....	2.461.979,11	3.262.764,96

8.2.32.

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Cód. das Contas	Custos e Perdas	Cód. das Contas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
			2018	2017		2018	2017
691	Transferências de capital concedidas	791	893.552,45	676.744,87	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	792	0,00	0,00	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	793	0,00	176.846,70	Ganhos em existências	74.970,18	0,00
694	Perdas em imobilizações	794	22,47	808,19	Ganhos em imobilizações	2.210,40	2.154,84
695	Multas e Penalidades	795	564.546,41	76.883,44	Benefícios de penalidades contratuais	617.909,35	576.995,48
696	Aumentos de amortizações e de provisões	796	0,00	0,00	Reduções de amortizações e de provisões	3.321.171,48	684.739,91
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	797	29.161,48	272.156,46	Correcções relativas a exercícios anteriores	650.852,46	196.560,77
698	Outros custos e perdas extraordinárias	798	1.751.268,41	352.471,96	Outros proveitos e ganhos extraordinários	966.516,56	1.106.085,41
	Resultados extraordinários		2.395.079,21	1.010.624,79			
	Total.....		5.633.630,43	2.566.536,41	Total.....	5.633.630,43	2.566.536,41

Outras divulgações:

Importa referir que as rubricas do Ativo, Utentes c/c e Depósitos em instituições financeiras, apresentam-se sobreavaliada e subavaliada, respetivamente, em cerca de 3.500.000 €, na sequência de valores cobrados através de débito direto que ficam pendentes no banco enquanto decorre o prazo de reclamação que os clientes/utentes dispõem relativamente aos valores debitados, sendo que esses recebimentos só serão contabilisticamente relevados decorrido esse período, momento em que se tornam efetivamente disponibilidades para o município.